



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA**

LETÍCIA GUEDES DE MELO COSTA E SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA: ANÁLISE DAS AÇÕES DA DIRETORIA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DESSAN) EM
JOÃO PESSOA - PB**

JOÃO PESSOA - PB

2026

LETÍCIA GUEDES DE MELO COSTA E SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA: ANÁLISE DAS AÇÕES DA DIRETORIA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DESSAN) EM
JOÃO PESSOA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de
Gestão Pública da Universidade Federal da
Paraíba (UFPB), como requisito parcial
necessário à obtenção do grau de Bacharel em
Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves
Carneiro

JOÃO PESSOA - PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Leticia Guedes de Melo Costa e.
Institucionalização das políticas públicas de
economia solidária: análise das ações da Diretoria de
Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional
(DESSAN) em João Pessoa - PB / Leticia Guedes de Melo
Costa e Silva. - João Pessoa, 2026.
54 f. : il.

Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Economia Solidária. 2. Políticas Públicas. 3.
Institucionalização. 4. Empreendimentos Econômicos
Solidários. I. Carneiro, Vanderson Gonçalves. II.
Título.

UFPB/CCSA

CDU 35

LETÍCIA GUEDES DE MELO COSTA E SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA: ANÁLISE DAS AÇÕES DA DIRETORIA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DESSAN) EM
JOÃO PESSOA - PB**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **VANDERSON GONCALVES CARNEIRO**
Data: 01/04/2026 12:21:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Orientador(a): Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro

Documento assinado digitalmente
 **JOYCE AMANCIO DE AQUINO ALVES**
Data: 01/04/2026 12:00:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Avaliador(a): Prof. Dra. Joyce Amancio de Aquino Alves

Documento assinado digitalmente
 **ROSANGELA PALHANO RAMALHO**
Data: 01/04/2026 08:34:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Avaliador(a): Prof. Dra. Rosangela Palhano Ramalho

João Pessoa, 25 de março de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por serem minha fortaleza espiritual, meu refúgio e minha proteção.

Aos meus pais, Emerson e Carmen, pelo apoio incondicional e pelo privilégio de um ensino de qualidade desde a minha educação infantil a aprovação na universidade pública. Obrigada por me apoiarem e acreditarem em mim mais do que ninguém. Eu amo vocês incondicionalmente e desejo ser 10% do que vocês são pra mim, um dia irei retribuir tudo que fizeram e fazem por mim, devo tudo a vocês dois!

Ao meu irmão, Vinícius, por toda compreensão e apoio no nosso cotidiano, por sempre acreditar em mim e me mostrar que, no fim, tudo dá certo. Encerro este meu ciclo e o seu se inicia, que seja de bons frutos.

Aos meus avós maternos, Rivaldo Cordeiro e Maria do Socorro (*in memoriam*), como eu gostaria que vocês estivessem aqui para ver minha conquista e comemorarem juntos comigo. Mas sei que, onde estiverem, estão rezando por mim e celebrando, amo vocês pra sempre.

À minha avó paterna, Maria Ivone, (*in memoriam*) que faleceu no final da graduação e no início do processo do TCC. A sua falta nesse momento dói no meu coração, sei o quanto sonhamos juntas com esse momento, da 1ª neta formada pela Universidade Federal da Paraíba, obrigada por tudo! Sinto sua falta todos os dias.

À minha família materna e paterna, obrigada por todo apoio, é impossível agradecer a todos individualmente, mas sou muito grata por ter uma família como vocês. Meu muito obrigada por tudo.

Ao meu namorado, João Pedro, que chegou da metade para o final da graduação, trazendo leveza e amor na minha vida. Compartilhamos angústias e alegrias juntos, principalmente na universidade, sou muito grata por ter você na minha vida e por tudo até aqui, que só a gente sabe. Te amo muito.

Às minhas amigas da graduação, Gabriela, Vitória e Maria Eduarda, não sei o que seria de mim sem vocês, obrigada por todos esses anos, pelos trabalhos, atividades, surtos pré-prova e apresentações. Sem dúvidas, não seria a mesma coisa sem vocês.

À todos os meus amigos de fora da graduação, da igreja, estágio, escola e da vida, que estiveram comigo nos momentos de alegria e nos momentos ruins também. Agradeço por sempre estarem ao meu lado, por cada palavra de incentivo e de força até aqui.

Ao meu professor e orientador, Vanderson, que esteve comigo desde o 1º período até o TCC, obrigada pelo seu amor à docência, pela atenção e cuidado com seus alunos, o senhor é um exemplo de professor e ser humano. Obrigada pelo ensinamento no período da extensão, que me levaram à escolha do tema deste trabalho. Obrigada por todo o processo de orientação, pela ajuda e calma, por acreditar no meu potencial e esforço.

À equipe da Incubes, obrigada por terem me dado a primeira experiência de "trabalho" e da extensão universitária. Sou grata por todos os ensinamentos e aprendizados, levarei para vida. E aos meus amigos, Helô e Matheus, da incubadora, obrigada por dividirem comigo a experiência da extensão. Muito obrigada por tudo.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha trajetória acadêmica e contribuíram para que este momento se tornasse possível. Cada gesto de apoio, incentivo e aprendizado foi fundamental para a construção deste trabalho e para minha formação pessoal e profissional. Levo comigo todas as experiências vividas ao longo dessa caminhada, com gratidão no coração e a certeza de que este é apenas o início de muitos outros sonhos a serem realizados.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE DAS AÇÕES DA DIRETORIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DESSAN) EM JOÃO PESSOA - PB

Letícia Guedes de Melo Costa e Silva

RESUMO

O presente estudo possui como finalidade transcorrer acerca da institucionalização da política pública de economia solidária, com foco em uma análise das ações governamentais no município de João Pessoa - PB a partir da diretoria de economia solidária (DESSAN) do município. A institucionalização desta política pública no Brasil teve seu início a partir dos anos 1990, em decorrência das transformações sociais e econômicas ocorridas no país. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, durante o governo do presidente Lula, no âmbito do Ministério do Trabalho, constitui um marco importante para a institucionalização da economia solidária no Brasil, fortalecendo sua consolidação como estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e entrevista semi-estruturada com ator institucional vinculado à política no município. Contudo, observa-se que a política ainda enfrenta desafios relacionados à continuidade, ao fortalecimento institucional e ao apoio mais efetivo por parte do Estado e dos governos. Nesse sentido, destaca-se a importância da economia solidária para a gestão pública, especialmente no que se refere à promoção da inclusão social, geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento socioeconômico local.

Palavras-chave: Economia Solidária. Políticas Públicas. Institucionalização. Empreendimentos Econômicos Solidários.

ABSTRACT

This study aims to discuss the institutionalization of the public policy of solidarity economy, focusing on an analysis of governmental actions in the city of João Pessoa - PB, specifically through the municipality's Directorate of Solidarity Economy (DESSAN). The institutionalization of this public policy in Brazil began in the 1990s, as a result of the social and economic transformations that occurred in the country. The creation of the National Secretariat of Solidarity Economy (SENAES) in 2003, during the government of President Lula, within the Ministry of Labor, constitutes an important milestone for the institutionalization of the solidarity economy in Brazil, strengthening its consolidation as a strategy for socioeconomic development. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and descriptive research study, conducted through a literature review, document analysis, and semi-structured interviews with an institutional actor linked to the policy in the municipality. However, it is observed that the policy still faces challenges related to continuity, institutional strengthening, and more effective support from the State and governments. In this sense, the importance of the solidarity economy for public management stands out, especially with regard to promoting social inclusion, generating work and income, and fostering local socioeconomic development.

Keywords: Solidarity Economy. Public Policies. Institutionalization. Solidarity Economic Enterprises.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano.....	29
Figura 02 - Organograma da DESSAN e da divisão da economia solidária da diretoria.....	31
Figura 03 - Reunião da Comissão da reformulação da Lei da Criação do fundo municipal de economia solidária	34
Figura 04 - Registros Feiras de economia solidária no ano de 2022	37
Figura 05 - Inauguração da nova estrutura da Lavanderia Comunitária Padre Hildon Bandeira.....	38
Figura 06 - Atividades do equipamento “Marcenaria Escola” no ano de 2022	39
Figura 07 - Atividades do equipamento “Polo de Costura” no ano de 2022.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária	24
Quadro 02 - Eixos prioritários de abordagem e atuação das políticas públicas de Economia Solidária	25
Quadro 03 - Equipamentos de Economia Solidária Desenvolvidos pela DESSAN	35
Quadro 04 - Síntese das ações realizadas pela diretoria de economia solidária em João Pessoa – PB (2021 - 2024)	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAM	Centro Administrativo Municipal
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CRISPMAN	O Centro de Referência para Inclusão Social e Produtiva Maria de Nazare
CONAES	Conferências Nacionais de Economia Popular e Solidária
DESSAN	Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMLUR	Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana
ES	Economia Solidária
FEES-PB	Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IRTDPJ BRASIL	Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
SEDEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPPM	Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres
SIES	Sistema de Informação em Economia Solidária
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1	Economia Solidária	16
3.1.1	Princípios da Economia Solidária	17
3.1.2	Empreendimentos Econômicos Solidários	18
3.2	Políticas Públicas de Economia Solidária	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4.1	Contextualização Histórica da Dessan	28
4.2	Estrutura e Funcionamento da Diretoria	30
4.3	Articulação e Coordenação Intersetorial	32
4.4	Ações e iniciativas da Política de Economia Solidária em João Pessoa – PB	34
4.5	Desafios e Perspectivas da Política de Economia Solidária	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	49
	APÊNDICE B - TERMOS DE AUTORIZAÇÃO	51

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária (ES) apresenta-se como uma proposta que visa questionar os princípios da economia capitalista ao propor a alteração da competição pela cooperação e da propriedade privada do capital pela propriedade coletiva ou associada. A economia solidária se contrapõe ao modelo capitalista, já enraizado, não tendo como finalidade exclusiva o lucro e a acumulação de capital, mas sim priorizando o bem-estar social, autogestão e a solidariedade.

Conforme afirma Paul Singer (2002), um dos principais formuladores dessa economia no Brasil, refere-se a um meio de produção que busca proporcionar maior igualdade social, ao mesmo tempo em que preserva a liberdade individual, organizando a atividade econômica a partir da associação entre iguais. Desse modo, os empreendimentos econômicos solidários (EES), como cooperativas, associações, grupos informais, estabelecem espaços nos quais os trabalhadores atuam de forma simultânea como produtores e gestores, compartilhando resultados, decisões e principalmente responsabilidades.

No Brasil, a economia solidária surgiu no século XX, sobretudo no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, como resposta às transformações sociais e econômicas vivenciadas no país. Esse período foi marcado pelo aumento do desemprego em grande escala, da incapacidade do mercado formal de trabalho de absorver toda a população e a exclusão daquelas que não conseguem atender às exigências do sistema vigente e sobrevivem na informalidade e o aumento das desigualdades sociais. Nesse contexto, trabalhadores começaram a se organizar de forma coletiva através de associações, cooperativas, clubes de troca, movimentos sociais urbanos e rurais, assentamentos agrários, bancos comunitários, em decorrência da crise econômica.

Essa movimentação resultou na inserção da economia solidária na agenda pública, especificamente a partir dos anos 2000, com a criação de estruturas governamentais específicas e formulação de políticas públicas direcionadas ao fomento, apoio e fortalecimento dos EES. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no início dos anos 2000, exclusivamente no ano de 2003, no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dentro da estrutura institucional do Ministério do trabalho, representa um marco relevante no processo de institucionalização dessa política no Brasil e no modo de consolidação da mesma enquanto estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Conforme Silva e Ferreira (2024) a institucionalização é definida como o conjunto de mecanismos pelos quais determinadas práticas, ideias e demandas sociais, tornam-se regulamentadas,

reconhecidas e operacionalizadas pelo governo, por meio de programas, normas e ações governamentais permanentes.

No caso da política pública de ES, esse processo de institucionalização não se limita somente a criação de instrumentos normativos, mas também a capacidade do Estado de implementá-las de forma eficaz, contínua e articulada, levando em consideração as especificidades de cada território e dos atores envolvidos. Contudo, destaca-se que não basta somente existir a política pública, pois a sua existência não garante, por si só, a concretização de seus objetivos. A implementação das políticas de ES enfrenta diversidades relacionadas à capacidade institucional dos entes governamentais, à disponibilidade de recursos tanto financeiros quanto humanos, à participação social e à articulação intersetorial.

Além disso, identifica-se, em muitos casos, esse tipo de política assume um viés descontinuado e um caráter pontual, o que ocasiona a fragilidade da sua efetivação e consolidação enquanto política de Estado, limitando seus impactos sobre a realidade socioeconômica local. Em vista disso, ressalta a importância de analisar como ocorre, na prática, o processo de institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária, com foco no município de João Pessoa - PB. Tal análise considera as ações governamentais implementadas do município, bem como os desafios para consolidar uma política pública efetiva na área, com foco em um estudo sobre as ações e iniciativas da gestão municipal de João Pessoa- PB voltadas à promoção e apoio à Economia Solidária, com ênfase no grau de institucionalização dessas políticas públicas, considerando a atuação da Diretoria de Economia Solidária (DESSAN) e a articulação com outras secretarias municipais.

A criação da DESSAN em João Pessoa -PB , no ano de 2005, configurou-se como um avanço relevante para o município. Contudo, as ações de Economia Solidária permanecem dispersas em diferentes secretarias, como as da Mulher, do Trabalho, da Cultura e do Meio Ambiente, sem uma política municipal consolidada. Essa realidade evidencia diferentes níveis de institucionalização, pois, embora tenha iniciativas estruturas direcionadas à temática, ocorre a ausência de integração eficaz que permita o funcionamento contínuo e articulado das atividades.

Dessa forma, o principal objetivo do estudo consiste em compreender como essas ações governamentais vêm sendo estruturadas, implementadas e sustentadas ao longo dos anos. A capital do Estado da Paraíba, João Pessoa, tema da pesquisa dessas ações, apresenta-se como um espaço relevante para essa análise, considerando sua trajetória na implementação de iniciativas voltadas à ES e sua inserção em um contexto regional marcado

por persistentes desigualdades sociais e econômicas. O estudo das ações governamentais no nível municipal possibilita compreender os avanços, limites e as contradições do papel do poder público na promoção da Economia Solidária como uma estratégia de inclusão produtiva e de desenvolvimento local.

A escolha do tema deste estudo está relacionada à trajetória acadêmica vivenciada, especialmente à sua participação em projetos de extensão universitária voltados à Economia Solidária, desenvolvidos no âmbito da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB). A vivência proporcionada por essas experiências permitiu o contato direto com grupos de economia solidária possibilitando a compreensão, na prática, das dinâmicas, desafios e potencialidades da ES. Tal aproximação contribuiu significativamente para o interesse em aprofundar, através de uma perspectiva analítica, os processos de institucionalização dessa política pública, articulando, assim, a experiência empírica da extensão com a produção do conhecimento acadêmico.

Ademais, reitera-se que a partir do entendimento de que a Economia Solidária, ao articular dimensões econômicas, sociais e políticas, demanda do Estado o fortalecimento de capacidades institucionais, não só o reconhecimento de modo formal, que visam garantir a continuação e a efetivação das políticas públicas. A importância da pesquisa justifica-se tanto para o meio acadêmico quanto social. No eixo acadêmico, fortalece o aprofundamento e conhecimento do conteúdo sobre políticas públicas, institucionalização, capacidade estatal e economia solidária, articulando teoria e realidade prática.

No eixo social, o estudo busca fornecer incentivos para reflexão crítica da sociedade acerca da atuação do poder público na promoção de alternativas econômicas que estão voltadas à diminuição das desigualdades e ao fortalecimento da organização coletiva do trabalho, contribuindo para a problematização do modelo capitalista dominante. Sendo assim, ao analisar as atividades governamentais do município de João Pessoa - PB, busca ampliar a compreensão sobre as diferentes possibilidades de institucionalização da economia solidária enquanto política pública no contexto brasileiro.

Com base nesses pressupostos, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária no município de João Pessoa – PB, a partir da trajetória institucional da política, das ações governamentais implementadas e dos desafios para sua consolidação no âmbito da gestão municipal. De forma específica, busca-se identificar a trajetória institucional da política de Economia Solidária no município, com foco na atuação da Diretoria de Economia Solidária (DESSAN);

mapear as ações e iniciativas governamentais voltadas à promoção da Economia Solidária implementadas pela gestão municipal; examinar os instrumentos normativos e institucionais que estruturam essa política no âmbito municipal; e analisar os principais desafios e limites para a continuidade e consolidação das políticas públicas de Economia Solidária em João Pessoa - PB.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, uma vez que busca compreender e analisar, em contexto específico, o processo de institucionalização das políticas públicas de economia solidária no município de João Pessoa – PB. No que se refere à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois se propõe a analisar percepções, interpretações, práticas institucionais e processos administrativos relacionados à formulação e à execução das políticas públicas de economia solidária, bem como a compreensão dos atores envolvidos na implementação das ações de Economia Solidária no município.

Esta abordagem permite compreender a realidade analisada a partir da perspectiva dos atores envolvidos e do contexto institucional no qual as ações se desenvolvem. Em referência aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva e exploratória. Como descreve Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior compreensão sobre o problema investigado, tornando-o mais claro e possibilitando a formulação de hipóteses. Descritiva porque busca identificar e caracterizar as ações governamentais voltadas à economia solidária no município; e exploratória por aprofundar a compreensão acerca do processo de institucionalização dessas políticas no âmbito da gestão municipal.

Dessa forma, o procedimento metodológico adotado nesta pesquisa foi o estudo de caso, tendo como lócus de investigação a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PB, com foco na Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional (DESSAN). A escolha desse método justifica-se por possibilitar uma análise mais específica e aprofundada da realidade investigada, permitindo compreender como a política pública de economia solidária está sendo institucionalizada, estruturada e implementada no município por meio de suas ações e histórias ao longo dos anos.

Além disso, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais que tratam da Economia Solidária, das políticas públicas e do conceito de institucionalização; a pesquisa documental se deu por meio de análise de

instrumentos de planejamento municipal, como legislações, relatórios institucionais, notícias oficiais e demais documentos relacionados às ações de Economia Solidária desenvolvidas pelo município.

Com instrumento de coleta de dados, foi realizada entrevista semiestruturada, técnica que possibilita maior flexibilidade na condução das perguntas, permitindo aprofundamento em temas relevantes que surgem ao longo da conversa. A entrevista foi realizada de forma presencial no Centro Administrativo Municipal de João Pessoa – PB na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) com a gestora vinculada à DESSAN, atuante diretamente na implementação das ações de Economia Solidária no município e no movimento social. A escolha da entrevista justifica-se por sua atuação, conhecimento e vivência no desenvolvimento e acompanhamento das políticas públicas voltadas ao fomento da ES em João Pessoa - PB, desde 2001. A entrevista foi realizada no dia 09 de dezembro de 2025, às 10h30, com duração de 54 minutos. Trata-se de uma entrevista de profundidade, caracterizada por possibilitar maior detalhamento das respostas e aprofundamento das questões abordadas.

A entrevista contou com um roteiro pré estabelecido para sua condução, organizado em cinco eixos principais: 1) Contextualização histórica da DESSAN; 2) Estrutura e funcionamento da Diretoria; 3) Articulação intersetorial com outras secretarias; 4) Mapeamento das ações e programas desenvolvidos; e 5) Desafios e perspectivas para a institucionalização da política pública de Economia Solidária. O que possibilitou a exploração com as questões previamente elaboradas citadas, ao mesmo tempo em que viabilizou a ampliação das discussões a partir das respostas apresentadas e no desenvolvimento da conversa, contribuindo para um entendimento de forma mais detalhada acerca do processo de institucionalização do tema.

A entrevista permitiu compreender aspectos formais e informais da política, identificar permanências e discontinuidades entre gestões e analisar o grau de coordenação entre as secretarias municipais. Os dados obtidos por meio da entrevista e da análise documental foram examinados a partir da análise de conteúdo, buscando identificar categorias, padrões e elementos que evidenciem o grau de institucionalização das políticas públicas de economia solidária no município. A análise foi orientada pelos objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere à identificação das ações governamentais implementadas, dos instrumentos normativos existentes, da continuidade das ações ao longo do tempo, da estrutura administrativa responsável pela área e dos desafios enfrentados na consolidação dessas políticas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Economia Solidária

A Economia Solidária se constitui como uma alternativa econômica baseada na autogestão, na cooperação e na valorização do trabalho humano, contrapondo-se à lógica capitalista centrada na acumulação de capital e na maximização do lucro. Nesse modelo, as práticas priorizam o trabalho e a coletividade, buscando a geração de renda de forma compartilhada e valorizando o esforço coletivo dos trabalhadores. Desde a década de 1980, essa forma de organização vem sendo fortalecida no Brasil por meio de políticas públicas e programas de fomento, visando o desenvolvimento local e sustentável.

O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc (Laville; Gaiger, 2009, p. 162).

Singer (2002) destaca que a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante ao longo da história moderna instituiu a competição como princípio estruturante das relações econômicas e sociais. Tal lógica, ao privilegiar a acumulação privada e a maximização do lucro, tem produzido profundas desigualdades sociais, expressas na concentração de renda, na precarização do trabalho e na exclusão de amplos segmentos da população do acesso a direitos básicos. Nesse contexto, emergem debates e práticas que buscam alternativas ao modelo econômico hegemônico, dentre as quais se destaca a Economia Solidária, concebida como uma forma de organização autogestionária.

Conforme afirma Singer (2002) a economia solidária surge como resposta às crises do mercado de trabalho, configurando-se como alternativa de geração de renda e fortalecimento comunitário. Os empreendimentos solidários caracterizam-se pela participação ativa dos trabalhadores em todas as decisões que forem tomadas e pela distribuição equitativa dos resultados.

A economia solidária é pautada na valorização do trabalho humano, não trata-se de uma política de compensação, e sim de uma proposta de transformação do sistema produtivo, que coloca no centro a dignidade humana, o bem coletivo e a sustentabilidade. Têm como objetivo, para além dos benefícios econômicos, a promoção da autonomia e a melhoria da

qualidade de vida, de maneira sustentável. Como reforço a essa perspectiva, Schiochet afirma que:

O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica (Schiochet, 2009, p. 268).

Desse modo, evidencia-se que a ES não está limitada apenas à outra alternativa de trabalho e geração de renda, mas fortalece uma proposta de reorganização das relações sociais e produtivas. Os princípios nos quais está baseada, como autogestão, cooperação, democracia, promovem a participação de forma ativa dos trabalhadores na condução dos Empreendimentos, rompendo com modelos centralizadores e hierarquizados.

3.1.1 Princípios da Economia Solidária

A economia solidária fundamenta-se em um conjunto de princípios que norteiam o funcionamento, organização e diferenciam suas práticas das formas tradicionais e enraizadas de produção econômica e trabalho. Entre seus princípios, destacam-se a autogestão, cooperação, solidariedade, valorização do trabalho humano, sustentabilidade e a democracia, esses princípios são tidos como os pilares da ES, estruturam as práticas dos empreendimentos e caracterizam os mesmos. Os princípios podem ser definidos como:

- 1) Autogestão - Esse princípio caracteriza-se como um dos principais, como defende Szul e Moura (2017, p. 3): “Compreende-se que a autogestão como princípio norteador da Economia Solidária acaba por aumentar o contexto de igualdade e democracia dentro dos empreendimentos”. A autogestão é uma das principais diferenciação dessa economia perante ao modelo tradicional, significa que a gestão é feita de forma coletiva, os trabalhadores são donos e gestores simultaneamente, todas as decisões são coletivas e não existe um padrão nos modos tradicionais. O autor Faria (2017) defende a autogestão como a negativa à heterogestão, ao sistema capitalista.
- 2) Cooperação - É a base que vai orientar as relações sociais nos EES, vai esquecer a lógica da competição e vai priorizar a coletividade voltadas para a construção de objetivos em comum. Nesse cenário, as tarefas produtivas são organizadas de forma compartilhada, ajuda mútua, organização em grupo. Porto e Opuska (2015, p. 431) fala que “a cooperação possui como principal escopo a contribuição para um processo de interação social dentre aqueles que do projeto participam, faz com que exista uma

constante busca por um objetivo comum através de ações compartilhadas, pois ao final, o benefício será repartido entre todos”.

- 3) Solidariedade - Define-se pela preocupação com coletivo, trabalho conjunto, divisão igual dos resultados e responsabilidades, apoio entre os membros, priorizando o indivíduo e o meio ambiente sobre o capital e também a justiça social. A partir disso, apresenta-se o conceito de solidariedade definido pelo autor:

A solidariedade é uma construção social e sua concepção atual, surgiu já no início do século XIX, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial, em que se assume que o mercado deve ser complementado e que essa complementaridade pode ser conseguida através da solidariedade democrática e da associação entre iguais, que só são possíveis existirem no ambiente atual de democracia (Aleixo, 2014, p. 26).

- 4) Valorização do trabalho humano - Coloca o indivíduo, o saber e a criatividade no centro do processo produtivo, superando a lógica da acumulação do capital, trabalho acima do lucro, o princípio foca no respeito ao trabalhador e uma distribuição equitativa da renda.
- 5) Sustentabilidade - União de afinidades, interesses ou propósitos entre os membros de um grupo, baseada na cooperação recíproca e no compromisso com o bem-estar coletivo. Esse princípio está diretamente ligado à produção com responsabilidade social e ambiental, desenvolvimento local e respeito ao meio ambiente.
- 6) Democracia - Caracteriza-se pela tomada de decisão coletiva e igualdade nas relações de trabalho. Todos os participantes possuem voz nas decisões, mostrando que a economia solidária também é um modelo social. “Há de se entender que em qualquer empreendimento solidário é necessária a existência de uma condição de igualdade, onde haja direitos iguais para todos que deste modelo participam. É a democracia participativa que visa garantir esses direitos” (Porto; Opuszka, 2015, p. 432).

Esses princípios evidenciam que a Economia Solidária se fundamenta em uma lógica distinta da economia capitalista, baseada na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho coletivo, o que se materializa nas formas organizativas dos empreendimentos econômicos solidários.

3.1.2 Empreendimentos Econômicos Solidários

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) constituem a principal forma de estruturação da economia solidária, caracterizando-se por práticas autogestionárias. Nesse modelo, os próprios participantes realizam a gestão coletiva das atividades, diferentemente da

heterogestão tradicional, na qual as decisões são concentradas em uma hierarquia administrativa. Os empreendimentos são caracterizados por promover a produção e comercialização de bens e serviços de forma equitativa, buscando a inclusão social e o desenvolvimento econômico local, sempre de forma sustentável e inclusiva. Os empreendimentos atuam de forma diferente das empresas já conhecidas no mercado, os EES buscam valorizar o trabalho humano, a cooperação e a distribuição de forma igualitária das responsabilidades e resultados.

Os empreendimentos econômicos solidários podem ser definidos esquematicamente como organizações cuja virtude peculiar reside na integração do espírito empreendedor – no sentido da busca planejada de resultados e do aprimoramento dos fatores produtivos – com o espírito solidário, de tal sorte que a cooperação funcione como fator de racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais comparativamente às demais alternativas de ocupação e renda ao alcance dos trabalhadores em questão (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018, p. 148).

Os empreendimentos econômicos solidários constituem o principal público das políticas públicas voltadas à economia solidária. Conforme estabelece a Portaria do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), elaborada em diálogo com o movimento de economia solidária, os EES são organizações que apresentam algumas características fundamentais, são elas: Em primeiro lugar, tratam-se de iniciativas coletivas, formadas por pelo menos três pessoas, pertencentes a duas ou mais famílias. Além disso, possuem caráter associativo, uma vez que os próprios trabalhadores assumem simultaneamente o papel de sócios e responsáveis pela condução das atividades do empreendimento. Essas organizações desenvolvem atividades de caráter econômico, que podem envolver produção, comercialização, consumo coletivo, finanças solidárias, entre outras modalidades. Outro aspecto essencial é a gestão democrática, na qual os integrantes participam das decisões relacionadas tanto ao funcionamento das atividades quanto à distribuição dos resultados obtidos, realizando a gestão coletiva. Cabe destacar ainda que os EES podem ter diferentes formas de organização, até mesmo a de grupos que ainda não se formalizaram.

A economia solidária engloba diferentes atividades produtivas, abrangendo os seus chamados segmentos econômicos, nos quais envolvem atividades de comercialização, produção, consumo e prestação de serviços. Os segmentos representam onde a economia solidária acontece na prática, entre as formas mais comuns, destacam-se as cooperativas de produção, associações de trabalhadores, redes de comercialização solidária, bancos comunitários e iniciativas de finanças solidárias.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações: Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados. Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica. Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização (Portal do MTE *apud* Diniz, 2014, p. 17).

A produção está diretamente ligada ao artesanato, agricultura familiar, cooperativas; a comercialização: feiras solidárias, comércio justo, redes de trocas; os serviços: cantinas e restaurantes comunitários, serviços locais; e as finanças solidárias: bancos comunitários, cooperativas de crédito, fundos rotativos. Entre os principais segmentos, ressaltam-se a agricultura familiar com produção agroecológica e comercialização direta; as cooperativas de catadores, que realizam a coleta e reciclagem de resíduos sólidos, contribuindo para a preservação ambiental; os grupos de artesanato e confecção, voltados à valorização da produção local e à remuneração justa; as finanças solidárias, como bancos comunitários e moedas sociais, que incentivam o desenvolvimento econômico local por meio do microcrédito; as cooperativas de serviços, incluindo mobilidade e turismo comunitário; e as iniciativas de comércio justo, as feiras e centros públicos que aproximam produtores e consumidores, promovendo relações mais equilibradas e preços acessíveis. Dessa forma, esses segmentos demonstram a diversidade de experiências que já existem, evidenciando que a economia solidária não se limita a um único setor econômico, mas constitui um campo amplo de práticas sociais e produtivas.

A Lei nº 15.068/2024 promoveu uma alteração importante no Código Civil ao acrescentar, no art. 44, uma nova modalidade de pessoa jurídica de direito privado: os empreendimentos de economia solidária (Brasil, 2024). Com essa novidade, o legislador passou a reconhecer formalmente organizações estruturadas a partir de princípios como cooperação, autogestão e solidariedade, concedendo maior segurança jurídica a iniciativas coletivas que já vinham se expandindo no Brasil. Esse marco revela um avanço significativo, pois legitima e regulamenta um modelo de organização econômica voltado à participação democrática e à construção de alternativas mais justas e inclusivas no cenário nacional..

De acordo com a Lei nº 15.068/2024, já citada anteriormente, essas organizações passam a ter personalidade jurídica própria, sendo assim, isso lhes confere algumas

autonomias, como: contratar e ser contratada: podem celebrar contratos, adquirir bens e direitos, bem como assumir obrigações em seu próprio nome; Abrir contas bancárias: possuem capacidade de gerir e movimentar seus recursos financeiros de forma independente; Participar de licitações e acessar políticas públicas: Podem concorrer a editais e programas governamentais voltados ao fortalecimento da economia solidária e proteger seu patrimônio: O patrimônio do empreendimento é distinto do patrimônio pessoal de seus membros.

Contudo, o Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil (IRTD PJ BRASIL), traz um entendimento importante sobre a natureza jurídica dos empreendimentos de economia solidária. O posicionamento do IRTDPJ Brasil reforça que os empreendimentos de economia solidária não constituem um novo tipo de pessoa jurídica, mas representam uma forma de organização e gestão que pode ser adotada por pessoas jurídicas já existentes. Trata-se de um modelo administrativo orientado pelos princípios da economia solidária, que possibilita a associações e cooperativas desenvolverem suas atividades de maneira mais participativa e sustentável, sem que seja necessária a criação de uma nova personalidade jurídica.

Deste modo, os empreendimentos econômicos solidários representam, na prática, os princípios da Economia Solidária, demonstrando como essa proposta se materializa na geração de trabalho e renda e na organização da sua estrutura. Diante dessa dimensão prática e da sua consolidação enquanto alternativa ao modelo capitalista, torna-se necessário compreender sua inserção no campo das políticas públicas, especialmente no que se refere ao papel do Estado no fomento e apoio a essas iniciativas.

3.2 Políticas Públicas de Economia Solidária

As políticas públicas são programas de ação, ou seja, elas correspondem ao conjunto de ações e decisões adotadas pelos governos (federal, estadual ou municipal) para garantir direitos e enfrentar problemas coletivos da sociedade. Logo, a sua finalidade é concretizar direitos fundamentais e melhorar o bem-estar social. Souza (2006) resume a política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Dessa forma, Appio (2004) compreende as políticas públicas como “um instrumento de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade, com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidades aos cidadãos, tendo por escopo garantir as

condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos” (Appio, 2004, p.136). Sendo assim, ele afirma que essas políticas são compreendidas como uma ação que tem origem no próprio Estado.

As políticas públicas são de extrema importância para a sociedade civil, possuem como objetivo principal efetivar direitos da população, atender às demandas sociais, buscar melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e reduzir as desigualdades econômicas e sociais. Elas são essenciais para que o Estado atue de forma planejada, com continuidade e não apenas através de ações pontuais e descontinuadas.

De modo geral, as políticas públicas envolvem "um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, através da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (Saravia, 2006, p. 29).

No campo da economia solidária, essas políticas no Brasil visam fomentar formas coletivas de produção, comercialização e consumo baseadas nos princípios que regem a economia solidária, incluindo ações de capacitação, apoio técnico, acesso ao crédito e incentivo à comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários. Sob a perspectiva do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), entende-se como políticas públicas de economia solidária o conjunto de ações, projetos ou programas implementados por órgãos da administração pública, tanto direta quanto indireta, nas esferas municipal, estadual e federal, que têm como finalidade promover e fortalecer as iniciativas de economia solidária.

A política pública de economia solidária se integra plenamente às orientações estratégicas e prioridades do governo federal de redução das desigualdades socioeconômicas e regionais por meio do resgate humano da população que se encontra em situação de extrema pobreza e da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Para tanto, pretende-se fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas para garantir o acesso a investimentos, à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito a todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias (Senaes, 2012 *apud* Diniz, 2014, p. 39).

Diante disso, percebe-se que as políticas públicas de fomento da economia solidária desempenham um papel fundamental no suporte, na expansão e no fortalecimento desses empreendimentos solidários. Para Singer (2006, p. 205) as políticas públicas “são decisivas para ajudar os mais pobres a se auto-organizar, para coletivamente desenvolverem trabalho e obterem renda, uma vez que só fundos públicos têm capacidade para estender o avanço da economia solidária aos que mais carecem dela”.

A incorporação da economia solidária à agenda governamental brasileira ocorreu de forma mais consistente a partir dos anos 2000, refletindo o reconhecimento de seu potencial

como estratégia de desenvolvimento social e econômico com destaque para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vinculada ao então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Recentemente, em 2023, a secretaria passou a incorporar o termo “popular” em sua denominação, tornando-se Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. Para Singer (2014), a criação da SENAES representou um marco fundamental na expansão da economia solidária em escala nacional, ao fortalecer o movimento e viabilizar a constituição de instrumentos institucionais como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada em 2003 junto ao Ministério do Trabalho e Emprego disposta em Lei, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tendo como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. (Portal do MTE *apud* Diniz, 2014, p. 25).

Estruturadas principalmente pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), essas atividades buscam exceder a pobreza, com a redução das desigualdades e promover a inclusão social. Evidencia-se que essas políticas não devem ser meramente de caráter assistencial ou de emergência, mas sim estratégias e propostas de desenvolvimento econômico social e que destinem-se a autonomia dos atores e o desenvolvimento local sustentável.

No contexto brasileiro, as Conferências Nacionais de Economia Popular e Solidária (CONAES) configuram-se como um mecanismo de extrema importância e participação na formulação e aprimoramento das políticas públicas voltadas à temática. Pois, esses espaços viabilizam a participação ampla da sociedade civil, desde as etapas preparatórias nos estados e municípios até chegar à etapa nacional, garantindo que diferentes atores envolvidos na economia solidária contribuam com propostas, avaliações e diretrizes para a política pública. Foi a partir das deliberações da conferência realizada em 2014 que se estruturou o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), consolidando diretrizes, objetivos e estratégias para o fortalecimento da política em âmbito nacional.

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária possui 04 (quatro) diretrizes, que são basicamente valores e orientações gerais, os princípios que guiam tudo. Na tabela abaixo, estão as diretrizes segundo o Plano:

Quadro 01 – Diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária.

I.	Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Solidário - A economia solidária deve gerar renda, mas sem danificar o meio ambiente e sem explorar as pessoas. Desenvolvimento sustentável solidário, portanto, significa o desenvolvimento de todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de meios essenciais de produção ou distribuição, respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico local.
II.	Fortalecimento dos Processos Democráticos, da Participação e Controle Social - As pessoas não devem ficar apenas “recebendo” a política pública, devem ajudar a decidir. A autogestão é o modelo proposto pela economia solidária para a democratização do estado e da sociedade, a gestão participativa nas políticas públicas.
III.	Reconhecimento das Formas Organizativas Econômicas Solidárias e dos Direitos Sociais do Trabalho Associado - O Estado precisa reconhecer oficialmente os empreendimentos solidários e garantir direitos aos trabalhadores associados, incluindo o acesso à seguridade social (saúde, assistência e previdência social).
IV.	Abordagem Territorial e Setorial e Reconhecimento da Diversidade - reconhecendo as especificidades das diferentes localidades e participantes da economia solidária.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do Plano Nacional de Economia Solidária, 2015.

As diretrizes de uma política pública conforme citado acima, são orientações, princípios e rumos estratégicos que direcionam as decisões e ações do Estado para solucionar problemas sociais específicos. No cenário da economia solidária, a 1º diretriz atua com a função de crescer economicamente, porém respeitando a natureza, a cultura local e trabalhando de forma coletiva; a 2º retrata a participação social, com o objetivo dos cidadãos ajudarem no processo decisórios, a construir a política, através de conferências, participação popular, da própria autogestão. Esse elemento contribui significativamente para a compreensão do processo de institucionalização da política, ao demonstrar sua integração estruturada à atuação pública. A 3º trata-se do reconhecimento por parte do Estado e garantia dos direitos. E por fim a abordagem territorial e diversidade, cada região do Brasil é diferente e a política precisa respeitar essas diferenças, cada território possui uma realidade.

Além das diretrizes, o Plano Nacional de Economia Solidária aborda as prioridades temáticas, categorizadas em 04 (quatro) eixos estratégicos, apresentados no quadro abaixo:

Quadro 02 - Eixos prioritários de abordagem e atuação das políticas públicas de Economia Solidária

Eixo I	Produção, Comercialização e Consumo Solidários;
Eixo II	Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias;
Eixo III	Educação e Autogestão;
Eixo IV	Ambiente institucional.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do Plano Nacional de Economia Solidária, 2015.

Os eixos temáticos são as áreas de ações concretas, organizados nos 04 eixos: O 1º possui como foco a produção dos empreendimentos e consequentemente a venda dos produtos, o fortalecimento do consumo solidário, dentre as estratégias adotadas, destacam-se iniciativas como feiras de economia solidária, redes de comercialização e mecanismos de estímulo ao consumo solidário. O 2º retrata acerca do financiamento, um crédito específico para ES, bancos comunitários, fundos solidários. O 3º aborda sobre educação e autogestão, economia solidária não é apenas a venda do produto, o lucro, trata-se da promoção de práticas de gestão democrática e autogestionária, nas quais os próprios trabalhadores participam ativamente dos processos decisórios e administrativos do empreendimento, então este eixo busca trabalhar formação, capacitação, gestão democrática e educação popular. E o último eixo voltado ao ambiente institucional, é definido como fortalecer a ES dentro do próprio Estado, volta-se ao fortalecimento das bases normativas, administrativas e institucionais da política pública, contemplando a consolidação de marcos legais, sistemas de informação, mecanismos de articulação federativa e instrumentos de reconhecimento formal dos empreendimentos, como o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

A estruturação do Plano Nacional nesses termos evidencia um processo de sistematização e organização da política pública de economia solidária, articulando princípios orientadores e ações concretas. Tal configuração contribui para a consolidação da economia solidária na agenda estatal, ou seja, fazer com que a ES seja reconhecida oficialmente pelo governo, fazer parte das prioridades do Estado, representando um avanço no processo de institucionalização dessa política no âmbito do Estado brasileiro, pois busca contribuir na transformação dessa economia em uma política pública mais estável e reconhecida institucionalmente.

Ademais, a Lei nº 15.068/2024, sancionada em 23 de dezembro de 2024, denominada como Lei Paul Singer, institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema

Nacional de Economia Solidária (SINAES). Esta Lei é chamada de “Lei Paul Singer” em homenagem ao professor, economista e sociólogo que foi uma das maiores referências do tema no país. Dessa forma, a referida legislação define o que é a economia solidária no Brasil, estabelece regras e cria um sistema oficial para organizar essa política pública no país.

Portanto, a Lei confere reconhecimento legal e institucional às práticas solidárias. A criação do SINAES representa um avanço significativo no processo de institucionalização da política, ao estruturar um sistema articulado entre União, Estados, Municípios e sociedade civil, responsável pela formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à economia solidária. Tal estrutura promove maior coordenação federativa e fortalece os mecanismos de participação social. Dessa forma, a Lei nº 15.068/2024 não apenas organiza juridicamente a Política Nacional de Economia Solidária, mas também consolida sua inserção na agenda estatal, garantindo respaldo normativo e estabilidade institucional às ações governamentais voltadas ao fomento desse campo econômico, configurando um importante avanço no processo de sua institucionalização no âmbito do Estado brasileiro.

Apesar dos avanços recentes no âmbito nacional, especialmente no que refere-se à normatização da Política Nacional de Economia Solidária e criação do SINAES, observa-se que a implementação dessa política nos níveis subnacionais apresenta grande diversidade de práticas e arranjos institucionais. Conforme destacam Silva, Moraes e Santos (2020), a inserção da economia solidária na agenda governamental brasileira antecede a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tendo se iniciado a partir de experiências desenvolvidas em municípios e estados.

Essa trajetória histórica contribuiu para a formação de um “repertório programático” diverso no campo das políticas públicas de economia solidária, caracterizado por diferentes graus de institucionalização. Segundo os autores, essa diversidade pode ser compreendida a partir de três aspectos principais: 1) trajetórias de institucionalização da política em diferentes contextos; 2) sensibilidade dos governos em relação às interfaces entre economia solidária e desenvolvimento local; 3) governança e participação estabelecidos entre os diversos atores envolvidos nesse campo.

Nessa mesma perspectiva, Silva e Ferreira (2024) apontam alguns fatores são determinantes para o processo de institucionalização, e utilizam três fases de processos de institucionalização: 1) corresponde à habitualização, caracterizada pela adoção dessa nova estrutura em resposta a problemas, podendo ser essa a aprovação de legislação ou mesmo

ações isoladas de enfrentamento do problema público, sem necessariamente a aprovação de lei; 2) objetificação, que refere-se à regulamentação por meio de legislação e espaço consolidado, para coordenar as ações de economia solidária, na estrutura de governo, fatores que concederão legitimidade cognitiva e normativa geral à implementação da política pública; 3) sedimentação, que envolve volume de recursos, abrangência das ações, parceria e apoio de atores do campo, além da promoção da cultura da economia solidária.

Nesse sentido, compreende-se que o processo de institucionalização das políticas públicas de economia solidária não se restringe à criação de instrumentos normativos, mas envolve também a capacidade do Estado de implementar essas ações de forma contínua, articulada e adequada às especificidades de cada território. A existência formal de políticas públicas não garante, por si só, a efetivação de seus objetivos, uma vez que sua implementação depende de fatores como capacidade institucional, disponibilidade de recursos financeiros e humanos, participação social e articulação intersetorial.

Diante disso, torna-se relevante analisar como esse processo se configura no contexto local. Assim, a presente pesquisa busca examinar a institucionalização das políticas públicas de economia solidária no município de João Pessoa – PB, considerando a trajetória institucional da política no âmbito da gestão municipal, as ações governamentais implementadas, os instrumentos normativos existentes e os desafios para a sua consolidação dessa política, com foco na atuação da Diretoria de Economia Solidária (DESSAN).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos neste estudo foram construídos a partir de duas fontes principais de dados: uma entrevista de campo semi-estruturada realizada na Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional (DESSAN) e a análise de documentos institucionais, especialmente relatórios administrativos dos anos de 2021 a 2024, disponibilizados pela SEDES, em que constam os registros das ações desenvolvidas pela diretoria. A entrevista foi organizada em cinco eixos fundamentais definidos previamente no roteiro metodológico da pesquisa, com o objetivo de compreender o processo de construção, institucionalização e desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária no contexto municipal. Dessa forma, a análise dos resultados foi estruturada a partir desses cinco eixos, articulando as informações obtidas na entrevista com os dados documentais, o que permitiu compreender tanto os aspectos históricos quanto às ações, desafios e perspectivas relacionados à atuação da diretoria.

4.1 Contextualização Histórica da Dessan

A contextualização histórica da Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional (DESSAN) antecede o seu surgimento institucional, tendo em vista que a própria economia solidária emerge inicialmente a partir das mobilizações e articulações dos movimentos sociais, bem como da atuação de instituições de apoio, especialmente das incubadoras universitárias. Nesse processo, destaca-se a atuação do professor José Francisco de Melo Neto, conhecido como professor Zé Neto, docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) reconhecido como uma importante referência no campo da extensão popular e economia solidária em João Pessoa e na Paraíba.¹ Juntamente com o professor Xavier, realizaram visitas a diferentes comunidades com o objetivo de apresentar e dialogar sobre a temática da economia solidária. Uma dessas visitas ocorreu em uma associação localizada no bairro Ernani Sátiro em João Pessoa – PB, onde a entrevistada participava da diretoria da organização comunitária.

A ida dos professores até o local teve como objetivo promover uma roda de conversa acerca do que era a Economia Solidária, compreender a realidade vivenciada pela comunidade e conhecer as formas de organização e produção existentes naquele espaço. A partir disso, foram realizadas pesquisas e visitas a outras associações e locais buscando identificar grupos de pessoas que pudessem se interessar pela temática e que já apresentassem algum nível de organização coletiva, capacitação ou iniciativas produtivas em andamento.

Nessa época, entre os anos 2004 e 2005, já existia o Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba (FEES-PB) que foi criado em 2003. O fórum possui como uma de suas atribuições o diálogo com o poder público, com o objetivo de contribuir para a construção de políticas públicas de economia solidária no estado da Paraíba, buscando reunir grupos de ES, associações, cooperativas para discutir desafios, avanços e a conjuntura política e econômica do Estado.

Nesse contexto de mobilização social e articulação institucional, foi criada, no ano de 2005, a Diretoria de Economia Solidária no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDES). Inicialmente, a diretoria possuía o nome de Diretoria de Economia Solidária – “DIRECOSOL”. Posteriormente, ocorreu a mudança de denominação para Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional - DESSAN, em

¹ Os professores Zé Neto e Xavier citados no texto, foram os responsáveis pela criação da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB) em setembro de 2001, a partir de um GT sobre Relações do Trabalho, como um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PRAC/UFPB, com o objetivo de apoiar grupos baseados na economia solidária.

virtude da incorporação de ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional. A criação dessa estrutura institucional representa um marco importante no processo de reconhecimento da economia solidária como pauta de política pública no estado. É importante destacar que as principais motivações e atores envolvidos na criação da diretoria são o movimento social, a incubadora da UFPB, e o fórum estadual de economia solidária junto com outros atores, conforme relatado pela entrevistada. Nesse sentido, observa-se que a institucionalização da economia solidária no município não ocorreu de forma exclusivamente estatal, mas foi resultado da articulação de todos esses atores citados, evidenciando um processo de construção coletiva da política pública.

Figura 01 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, foto tirada no dia que foi realizada a entrevista com a gestora.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Desde 2005, a trajetória da DESSAN apresenta avanços institucionais importantes. Entre os principais marcos destaca-se a aprovação do Conselho Municipal em 2010, construída com a participação do movimento e apoio de representantes institucionais. Em 2011, também foi aprovado o Fundo Municipal, embora este não tenha sido efetivamente implementado ao longo dos anos. A primeira gestão do conselho ocorreu apenas em 2013,

com participação da entrevistada, mas posteriormente o espaço deixou de funcionar por um período. Mais recentemente, em 2022, foi realizado um processo de retomada do conselho, com a publicação de nova composição e início de uma nova gestão, que encontra-se atualmente na sua terceira gestão, organizada de forma compartilhada entre sociedade civil e poder público. Além disso, a gestão tem buscado reestruturar o Fundo Municipal, que permaneceu inativo desde sua criação, por meio da elaboração de uma nova proposta de regulamentação a ser encaminhada à Câmara Municipal, com o objetivo de garantir seu funcionamento efetivo.

Além dessas iniciativas diretamente vinculadas à política pública de economia solidária, outras legislações também incorporam princípios e objetivos relacionados a essa temática ao longo do tempo. Destaca-se a Lei nº 12.515/2013, que Institui a "Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana", que destaca entre seus objetivos, promover o trabalho familiar e de cooperativas, associações e outras organizações da economia popular e solidária. De forma semelhante, a Lei nº 14.384/2022 institui a Política Municipal de Incentivo às Feiras de Produtos Orgânicos e estabelece, entre suas finalidades, contribuir com o cooperativismo e a economia solidária no município de João Pessoa – PB.

Essas legislações evidenciam que, mesmo quando não estão diretamente vinculadas à estrutura institucional da política de economia solidária, contribuem para ampliar o reconhecimento e a inserção dessa temática no conjunto das políticas públicas municipais. A partir dessa contextualização, torna-se possível avançar para a compreensão de como essa estrutura se organiza no âmbito da gestão municipal, especialmente no que se refere à sua configuração institucional e funcionamento.

4.2 Estrutura e Funcionamento da Diretoria

A Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DESSAN) possui uma estrutura organizacional composta por três divisões: Segurança Alimentar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Economia Solidária. O diretor da DESSAN atua de forma geral no apoio às três divisões, participando de reuniões, recebendo demandas e articulando as ações desenvolvidas em cada setor.

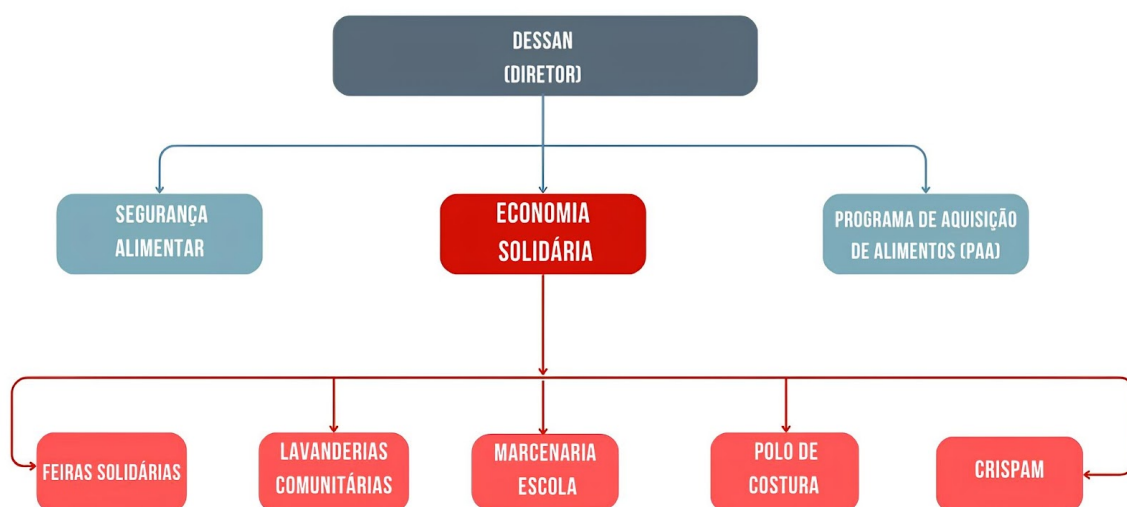
No âmbito da Economia Solidária, a estrutura hierárquica é composta pelo diretor da DESSAN, seguido pelo chefe da divisão de Economia Solidária, função atualmente ocupada pela entrevistada. A equipe conta ainda com cinco apoiadores administrativos e um

encarregado responsável por atividades operacionais, como o transporte e organização de materiais utilizados nas feiras e demais ações desenvolvidas.

Além da equipe administrativa central, a divisão também conta com coordenadores responsáveis pelos diferentes equipamentos vinculados à economia solidária. Cada unidade possui uma estrutura própria, que pode incluir auxiliares administrativos, profissionais de limpeza, vigilantes e, em alguns casos, educadores populares. Em determinados equipamentos também há profissionais responsáveis pela formação técnica, como no caso da marcenaria, que conta com dois marceneiros que atuam como professores.

Segue na imagem abaixo um organograma elaborado pela autora, referente a divisão da DESSAN e da divisão da economia solidária:

Figura 02 - Organograma da DESSAN e da divisão da economia solidária da diretoria



Fonte: Elaboração da autora, 2026.

Em relação às funções da divisão de Economia Solidária, a entrevistada destaca que suas principais responsabilidades incluem a elaboração de projetos e relatórios, a realização de capacitações, o acompanhamento das atividades desenvolvidas nas unidades, o controle de frequência dos participantes e a organização das demandas apresentadas pelos equipamentos. Também cabe à divisão a elaboração de planejamentos em conjunto com as equipes responsáveis pelas unidades.

No que se refere ao planejamento das ações, existe um planejamento anual elaborado dentro da diretoria, sendo construído por cada setor. No caso da Economia Solidária, esse planejamento é realizado em conjunto com os equipamentos vinculados, considerando suas

funções de capacitação e qualificação técnica para o mundo do trabalho. Nesse processo, também são abordados temas como sustentabilidade, precificação, empreendedorismo, organização coletiva e os princípios da economia solidária.

Além disso, são definidos os insumos necessários para a realização das atividades, que posteriormente são encaminhados aos setores administrativos responsáveis. A entrevistada também relata que são produzidos relatórios periódicos com registros das atividades desenvolvidas, incluindo informações e fotografias, os quais são encaminhados para o setor de planejamento municipal e posteriormente apresentados ao gestor municipal. Considerando esses aspectos, amplia-se a análise para compreender como ocorre a articulação entre essa estrutura e as demais secretarias municipais, elemento fundamental para a efetividade das ações desenvolvidas.

4.3 Articulação e Coordenação Intersetorial

A articulação intersetorial constitui um elemento relevante para a consolidação de políticas públicas, especialmente no campo da Economia Solidária, que envolve diferentes áreas da gestão pública e da sociedade civil. Conforme destaca Souza (2006), as políticas públicas são resultado de processos complexos que envolvem múltiplos atores institucionais e demandam mecanismos de coordenação entre diferentes áreas da gestão pública. No caso da Diretoria de Economia Solidária (DESSAN) do município de João Pessoa – PB, a entrevista realizada evidenciou que a articulação com outras secretarias ocorre, principalmente, por meio de relações institucionais já estabelecidas e da participação em instâncias de representação social.

De acordo com a entrevistada, existe uma aproximação significativa entre a DESSAN e a política voltada para as mulheres, especialmente devido à participação em espaços institucionais como o Conselho e também a facilitação ocorre pela participação da gestora em espaços institucionais de representação, pois ela participa do conselho das mulheres. Essa inserção favorece o diálogo entre as áreas e possibilita a construção de ações conjuntas, como a inclusão de mulheres em cursos e atividades promovidas pela diretoria. Além disso, cabe destacar que a entrevistada já atuou anteriormente na Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), aspecto que também contribui para essa aproximação. Nesse sentido, a articulação entre as políticas ocorre não apenas no plano institucional, mas também é favorecida pela trajetória e pela atuação pessoal da gestora, que facilita a

comunicação e a cooperação entre os setores. Esse aspecto evidencia como, em determinadas situações, a articulação entre políticas públicas pode ser fortalecida não apenas por mecanismos institucionais formais, mas também pelas trajetórias profissionais e redes de relacionamento dos gestores envolvidos.

Além disso, a entrevistada aponta que há colaboração com outras áreas da gestão municipal, como a do trabalho, uma parceria com a Casa do Trabalhador e do Sistema Nacional de Emprego (SINE), uma vez que estes espaços institucionais predominantemente voltados para a atenção ao trabalho assalariado, irão incluir dentre suas ações o apoio e fomento à economia solidária; educação, principalmente com o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), para capacitação com os professores (junto ao PRONATEC); e serviços urbanos, como Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR), em apoio aos catadores de materiais reciclados. Em alguns casos, essa cooperação se materializa em ações pontuais, como o apoio logístico de órgãos municipais para a realização de atividades relacionadas à Economia Solidária. Entretanto, a articulação não ocorre de forma homogênea com todas as secretarias, havendo setores em que o diálogo ainda é mais limitado ou necessita ser fortalecido.

No que se refere aos mecanismos formais de coordenação entre as secretarias, a entrevistada afirmou que não existe, atualmente, uma estrutura formalizada de articulação intersetorial envolvendo a DESSAN e os demais órgãos da administração municipal. Segundo ela, as parcerias mais estruturadas tendem a ocorrer com instituições externas e parceiros da sociedade civil. Esse dado sugere que, embora haja iniciativas de cooperação, a intersetorialidade ainda não está plenamente institucionalizada na estrutura administrativa da política de Economia Solidária no município, dependendo em grande medida da iniciativa dos gestores e das relações construídas ao longo do tempo.

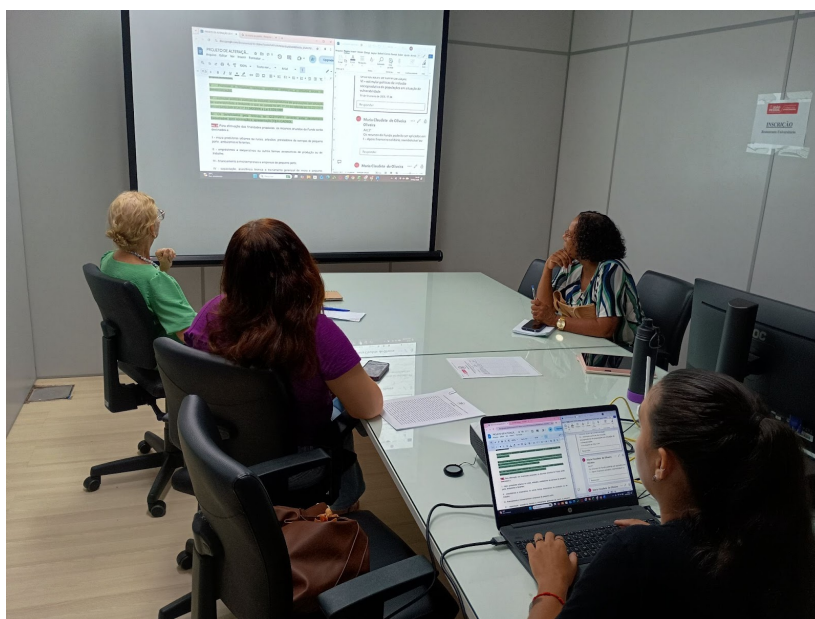
Entre os principais desafios identificados, destaca-se a necessidade de ampliar a aproximação com determinadas áreas da administração pública, especialmente no campo da saúde, com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)². A entrevistada destaca que, apesar de não existirem conflitos institucionais relevantes, ainda há lacunas no estabelecimento de parcerias mais sistemáticas com alguns setores, o que demonstra a importância de fortalecer o diálogo e construir novos canais de articulação entre as políticas públicas.

² No contexto nacional, observa-se uma aproximação relevante entre o campo da saúde mental e a economia solidária, especialmente através de experiências de geração de trabalho e renda vinculadas a serviços da rede de atenção psicossocial. Essas iniciativas buscam promover inclusão social, autonomia e reinserção de pessoas em sofrimento psíquico por meio de atividades produtivas coletivas e autogestionárias. Nesse processo, destaca-se também a Lei nº 9.867/1999, que institui as cooperativas sociais no Brasil, voltadas à inserção no trabalho de pessoas em situação de desvantagem social, incluindo indivíduos com transtornos mentais.

No que diz respeito às instâncias de governança da política de Economia Solidária, a entrevistada confirmou a existência de espaços como o conselho e outras formas de articulação coletiva envolvendo atores da política. Esses espaços são importantes para promover o diálogo entre governo e sociedade civil, contribuindo para a construção participativa das ações relacionadas à Economia Solidária no município.

Por fim, em relação ao Fundo Municipal de Economia Solidária, foi informado que ele se encontra em processo de reestruturação e revisão. Segundo a entrevistada, foi constituída uma comissão responsável por revisar o instrumento e propor alterações na legislação vigente, que posteriormente deverão ser encaminhadas para apreciação na Câmara Municipal. Esse processo indica uma tentativa de fortalecer os instrumentos institucionais da política, ainda que sua implementação esteja em fase de reorganização. Segue abaixo uma foto tirada pela autora na 3º reunião dessa comissão em que a mesma esteve presente. Diante dessa dinâmica de articulação, torna-se relevante examinar, de forma mais específica, as ações e iniciativas concretas desenvolvidas no âmbito da diretoria. .

Figura 03 - Reunião da Comissão da reformulação da Lei da Criação do fundo municipal de economia solidária



Fonte: Acervo da autora, 2026.

4.4 Ações e Iniciativas da Política e Economia Solidária em João Pessoa – PB

Entre as principais ações desenvolvidas pela DESSAN destacam-se as iniciativas voltadas à organização produtiva, à formação dos grupos e à criação de espaços de

comercialização para os empreendimentos solidários. Conforme evidenciado na entrevista, uma das primeiras estratégias adotadas pela diretoria foi a realização de reuniões ampliadas com grupos produtivos da região, que chegaram a reunir cerca de 500 participantes, em sua maioria mulheres.

Essas reuniões tinham como objetivo apresentar a proposta da economia solidária, fortalecer a articulação entre os grupos e discutir possibilidades de organização coletiva para o desenvolvimento de atividades produtivas. A expressiva participação feminina nesses espaços evidencia o papel central das mulheres nas iniciativas de economia solidária, especialmente em atividades relacionadas à produção artesanal, confecção e alimentação.

Além disso, a entrevistada destacou que o fortalecimento da política de economia solidária no estado contou com o apoio de editais e projetos promovidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, que possibilitaram a realização de cursos de formação, intercâmbios e a aquisição de equipamentos (mesas, cadeiras, tendas) para os grupos produtivos. Também foram implementadas iniciativas de infraestrutura produtiva, como a criação de lavanderias comunitárias, polos de costura e oficinas de marcenaria, espaços voltados à geração de trabalho e renda para os participantes da economia solidária. Dessa forma, são desenvolvidos 05 (cinco) tipos de equipamentos na diretoria, conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 03 - Equipamentos de Economia Solidária Desenvolvidos pela DESSAN

	EQUIPAMENTO	ANO DE CRIAÇÃO
I	Feiras de Economia Solidária	2005
II	Lavanderias Comunitárias	2010
III	Marcenaria Escola	2006
IV	Pólo de Costura	2010
V	CRISPAM - Centro de Referência para a Inclusão Social e Produtiva da Comunidade Maria de Nazaré	2010

Fonte: Elaboração da autora, 2026.

Entre as primeiras ações também se destacam a organização de grupos voltados à comercialização coletiva e a realização das primeiras feiras de economia solidária, que ocorreram inicialmente no Centro Administrativo do Estado. Ainda que enfrentando desafios relacionados à estrutura e ao espaço de funcionamento, essas feiras se consolidaram como

importantes estratégias de comercialização para os empreendimentos solidários, além de promover a troca de experiências entre os participantes e o fortalecimento das práticas baseadas na cooperação e na autogestão, mantendo-se em funcionamento ao longo dos anos, com interrupção apenas durante o período da pandemia de COVID-19. Entre essas iniciativas, destacam-se também parcerias com centros comerciais, como o Mangabeira Shopping, que possibilitam a realização periódica de feiras e a exposição dos produtos dos grupos participantes. Em vista disso, ressalta-se a importância das feiras, conforme defende o autor:

Entre as possibilidades de aproximação e comercialização dos produtos estão as “feiras de economia solidária”, que ocorrem em diversas escalas territoriais (local, municipal, estadual e nacional). Tais eventos são relevantes tanto por seu potencial de integração entre produtores e consumidores quanto pela integração dos próprios empreendimentos e seus associados, propiciando a troca de saberes e de vivências entre grupos de diferentes localidades, além de estreitar suas relações para outras estratégias de troca e colaboração (Silva; Carneiro, 2016, p. 16).

Destaca-se que segundo o relatório da SEDES, as feiras de economia solidária no ano de 2023 resultou em vendas totalizando R\$113.169,03 (cento e treze mil e cento sessenta e nove reais e três centavos), em incentivo ao comércio local e no ano de 2024 o número aumentou para R\$191.980,25 (Cento e noventa e um mil, novecentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos), em incentivo ao comércio local. As feiras ocorrem em duas modalidades: uma feira fixa, realizada mensalmente no Centro Administrativo Municipal (CAM), no bairro de Água Fria, e feiras itinerantes realizadas em parceria com instituições públicas e privadas, como o Centro de Atendimento ao Turista (CAT), o Shopping Mangabeira e o Tambiá Shopping. Nas feiras são comercializados diversos produtos, como artigos de decoração, vestuário e moda praia em crochê, mandalas, telas, peças artesanais em feltro e fios, acessórios, além de produtos gastronômicos, entre outros.

Conforme os dados dos relatórios dos anos de 2021 e 2022, a ação conta com aproximadamente 200 artesãos cadastrados, organizados em cerca de 50 grupos produtivos que se revezam na participação das feiras, além de uma lista de espera com cerca de 120 pessoas interessadas, referente ao ano de 2022. Em 2021, as atividades presenciais foram suspensas entre janeiro e junho em razão da pandemia de COVID-19, sendo retomadas no segundo semestre com a participação de dezenas de artesãos em diferentes espaços da cidade, ampliando as oportunidades de divulgação e comercialização dos produtos da economia solidária.

Figura 04 - Registros Feiras de economia solidária no ano de 2022



Figura 1: Feira da Economia Solidária no CAM



Figura 2: Amostra dos produtos comercializados



Figura 3: Feira da Economia Solidária no Mangabeira Shopping



Figura 4: Participação dos artesões da Economia Solidária na Feira Cidades Criativas

Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, 2022.

Nota: Relatório institucional não publicado fornecido pelo diretor da DESSAN através de solicitação por meio de ofício enviado pela autora.

Ademais, destaca-se as lavanderias comunitárias, que funcionam como uma unidade de inclusão social e produtiva destinada à geração de renda para mulheres da comunidade. Nesse espaço, lavadeiras e donas de casa podem utilizar gratuitamente a estrutura disponível, que conta com equipamentos para a realização de suas atividades de trabalho. Existem dois tipos de lavadeiras: lavadeiras de ganho que prestam serviços e lavadeiras domésticas que lavam roupas do seu domicílio. Entre os objetivos específicos destacam-se a qualificação das participantes por meio da oferta de cursos e oficinas, bem como a realização de atividades socioeducativas que estimulam formas de gestão participativa e coletiva, em articulação com o poder público.

Segundo o relatório da SEDES no ano de 2024 as Lavanderias Comunitárias “Iaiá Paiva” e “Padre Hildon Bandeira” representam iniciativas voltadas à promoção do trabalho e da inclusão econômica no município de João Pessoa – PB. Ambas passaram por processos de revitalização, com melhorias estruturais e requalificação dos espaços. A unidade “Iaiá Paiva”

foi reconstruída, com ampliação da estrutura física, atualização das instalações elétricas e hidráulicas e criação de novos ambientes para cadastramento, organização de documentos e armazenamento de materiais. Já a lavanderia “Padre Hildon Bandeira” passou por reforma e requalificação, visando aprimorar o funcionamento e a eficiência das atividades desenvolvidas no local. Evidencia-se que a lavanderia da Comunidade Padre Hildon Bandeira é uma instituição com mais de 40 anos de história, fundada em 24/10/1970 pelo Padre, mas foi passada para prefeitura de João Pessoa - PB somente no ano de 2010.

As intervenções incluíram a construção de cobertura para as bancadas de tanques e de um espaço destinado à secagem de roupas, além da reforma da sala de capacitação e da cobertura do equipamento. Também foram realizadas melhorias na infraestrutura, como execução de calçadas, instalação de piso granilite e intertravado, revestimento cerâmico nos banheiros, pintura geral, instalação de forro em PVC e troca de esquadrias. O espaço ainda passou por readequações nas instalações elétricas e hidrossanitárias, bem como climatização do ambiente, visando melhorar as condições de funcionamento e proporcionar maior conforto e eficiência para as atividades desenvolvidas no local.

Figura 05 - Inauguração da nova estrutura da Lavanderia Comunitária Padre Hildon Bandeira



Fonte: João Pessoa, 2024.

Outro equipamento relevante é a Marcenaria Escola, criada em 2006 e voltada à qualificação profissional de pessoas interessadas em atuar na produção de móveis e objetos em madeira, sendo os participantes selecionados anualmente por meio de edital público. Os cursos abordam atividades como montagem e desmontagem de móveis, além de promover

práticas de educação ambiental voltadas à redução dos impactos do desmatamento. A iniciativa também se destaca pelo reaproveitamento de madeira proveniente de demolições e paletes, e ao final das formações é realizada uma mostra para apresentação das peças produzidas pelos alunos. Além disso, é importante ressaltar que além da realização de cursos e oficinas, existe uma produção de móveis por demanda de setores da prefeitura de João Pessoa – PB, como mesas e outros itens, por exemplo para as feiras solidárias.

A análise do edital de inscrição do curso de marcenaria básica evidencia que o acesso ao equipamento público da Marcenaria Escola ocorre por meio de processo seletivo aberto, regulamentado por edital público. Os critérios estabelecidos priorizam pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente beneficiários do Programa Bolsa Família ou inscritos no Cadastro Único. Além disso, o edital define requisitos mínimos de idade e escolaridade, bem como critérios de desempate baseados na condição socioeconômica dos candidatos. Dessa forma, observa-se que a iniciativa está voltada principalmente para ações de capacitação e inclusão produtiva de populações em situação de vulnerabilidade.

Figura 06 - Atividades do equipamento “Marcenaria Escola” no ano de 2022



Figura 5: Aluna do curso e algumas peças produzidas



Figura 6: Professor do curso a direita e aluna a esquerda

Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, 2022.

Nota: Relatório institucional não publicado fornecido pelo diretor da DESSAN através de solicitação por meio de ofício enviado pela autora.

Também integra esse conjunto de iniciativas o “Polo de Costura”, localizado no bairro Alto do Mateus, é um equipamento voltado à capacitação profissional e à inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade. O espaço oferece cursos na área de vestuário, como corte e costura, serigrafia, design de moda e artes manuais, com o objetivo de preparar os participantes para o mercado de trabalho e contribuir para a geração de renda, direcionados prioritariamente a mulheres em situação de vulnerabilidade social, responsáveis por suas

famílias e beneficiárias de programas sociais, como o Bolsa Família ou inscritas no Cadastro Único. As inscrições para esses cursos são abertas semestralmente e as capacitações são ofertadas de forma gratuita. Além da formação profissional, o Polo desenvolve ações em parceria com outras secretarias municipais, ampliando o alcance das atividades voltadas à inclusão produtiva. De acordo com relatório da SEDES no ano de 2024, o equipamento passa por um processo de reconstrução e requalificação estrutural, com o objetivo de ampliar e aprimorar os serviços oferecidos. As atividades formativas também são realizadas em equipamentos comunitários do município, como as lavanderias comunitárias e centros de referência, além de parcerias institucionais, fortalecendo a rede de apoio à economia solidária e à qualificação profissional no município. Além disso, assim como o equipamento “Marcenaria Escola”, o polo de costura também atua nas produções de demandas para os setores da prefeitura, incluindo os equipamentos citados.

Figura 07 - Atividades do equipamento “Polo de Costura” no ano de 2022



Figura 8: Aluna do curso de costura



Figura 9: Aluna do curso de costura



Figura 10: Entrega de certificados

Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, 2022.

Nota: Relatório institucional não publicado fornecido pelo diretor da DESSAN através de solicitação por meio de ofício enviado pela autora.

Ademais, dentre os equipamentos, destaca-se o Centro de Referência para Inclusão Social e Produtiva da Comunidade Maria de Nazaré (CRISPMAN), que possui como objetivo atender às demandas sociais da comunidade e de áreas próximas, com foco na qualificação profissional, formação cidadã, inserção no mercado de trabalho e fortalecimento da economia solidária. Suas áreas de atuação foram ampliadas, passando a contemplar cursos nas áreas de

Construção Civil, Gastronomia, Informática e atividades administrativas. As capacitações são destinadas à população em geral, com prioridade para beneficiários do Programa Bolsa Família. Em conformidade com os relatórios disponibilizados dos anos de 2021 a 2024, não houve registros de ações a atividades deste equipamentos, pois foi a unidade cedida cedida à Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC).

Além das ações e iniciativas já mencionadas, no relatório referente ao ano de 2024 é destacado outras ações desenvolvidas pela diretoria. Entre elas, destaca-se a realização de uma oficina voltada para professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizada em parceria com o Instituto Federal da Paraíba, com o objetivo de inserir os princípios da economia solidária de forma transversal no currículo, possibilitando que os estudantes tenham contato com outras formas de organização do trabalho baseadas na cooperação e na autogestão. O documento também registra ações voltadas para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, envolvendo levantamento de demandas, capacitações e ações emergenciais de apoio social e de saúde para os trabalhadores.

A partir da análise dos relatórios de gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social, foi elaborado um quadro síntese das ações desenvolvidas pela diretoria de economia solidária em João Pessoa – PB entre os anos de 2021 e 2024. O quadro abaixo apresenta o tipo de atividade realizada, a quantidade de ações nos anos mencionados.

Quadro 04 - Síntese das ações realizadas pela diretoria de economia solidária em João Pessoa – PB (2021 - 2024)

AÇÕES	2021	2022	2023	2024
Feiras de Economia Solidária	12	24	72	16
Cursos de capacitação (marcenaria, costura, crochê)	3	11	6	-
Cursos na Lavanderia Comunitária	-	-	-	2
Capacitações em Economia Solidária	-	-	-	2
Oficinas	-	-	7	9
Campanhas	-	-	-	4

Ações na Lavanderia Comunitária	7	3	-	-
---------------------------------	---	---	---	---

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados dos relatórios de gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social (2021–2024).

A partir do quadro síntese das ações desenvolvidas entre 2021 e 2024, observa-se as iniciativas promovidas no âmbito da política municipal de economia solidária em João Pessoa – PB, desenvolvidas pela DESSAN, envolvendo atividades de formação, apoio aos equipamentos produtivos e espaços de comercialização. Em 2021, nota-se a retomada e organização das ações, após a pandemia da COVID-19, com destaque para o funcionamento de equipamentos como a lavanderia comunitária e o polo de costura, além da realização das primeiras feiras. Em 2022, há uma ampliação das atividades formativas e de mobilização, evidenciada pelo aumento de cursos. Já em 2023 destaca-se o crescimento expressivo das feiras de economia solidária, indicando um fortalecimento das estratégias de comercialização e visibilidade dos empreendimentos.

Por fim, em 2024 observa-se a continuidade das feiras e a manutenção de ações formativas, como oficinas, campanhas e capacitações, demonstrando a permanência dessas iniciativas como instrumentos de apoio à inclusão produtiva e ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários no município. A análise dessas ações e iniciativas desenvolvidas permite, por sua vez, refletir sobre os limites e desafios que atravessam a consolidação da política pública de economia solidária no contexto municipal.

4.5 Desafios e Perspectivas da Política de Economia Solidária

Apesar dos avanços observados no processo de institucionalização da economia solidária no município de João Pessoa – PB, a entrevista também evidencia a existência de desafios relacionados à consolidação dessa política pública. Entre os principais desafios apontados, destaca-se a necessidade de ampliação da infraestrutura disponível para a realização das feiras e das atividades produtivas dos empreendimentos solidários.

Conforme mencionado pela entrevistada, a realização das feiras no Centro Administrativo enfrenta limitações relacionadas ao espaço físico, uma vez que o local utilizado não foi originalmente planejado para esse tipo de atividade, visto que as feiras são realizadas no corredor, local de passagem de pedestres. Nesse sentido, tem-se buscado alternativas para a criação de novos espaços que possam acolher de forma mais adequada os empreendimentos participantes.

Ademais, outro desafio refere-se à continuidade e ampliação das ações de apoio aos empreendimentos solidários, especialmente no que diz respeito ao acesso a recursos, capacitação e infraestrutura produtiva. A sustentabilidade dessas iniciativas depende, em grande medida, da continuidade das políticas públicas e do fortalecimento das redes de colaboração entre os diferentes atores envolvidos. Destaca-se também como desafio apontado pela gestora, a criação de uma diretoria apenas referente à economia solidária, em razão da DESSAN possuir 3 divisões. Outro desafio citado pela gestora é articulação com a saúde, com o CAPS, conforme foi citado no tópico “articulação e coordenação intersetorial” em que ela destaca-se uma necessidade de aproximação e que atualmente encontra-se como uma dificuldade.

Nesse contexto, observa-se que a economia solidária se configura como uma importante estratégia de inclusão social e geração de renda, especialmente para grupos que enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Conforme destacam Singer (2002) e França Filho (2006), as iniciativas de economia solidária contribuem para a construção de alternativas econômicas baseadas na cooperação, na autogestão e na solidariedade.

Assim, apesar dos desafios existentes, a trajetória da DESSAN demonstra avanços importantes no processo de institucionalização da política pública de economia solidária, evidenciando o papel das articulações entre movimentos sociais, universidades e poder público na construção e fortalecimento dessas iniciativas. Dessa forma, evidencia-se também que a política nesse contexto ainda encontra-se em processo de consolidação, apesar dos seus avanços nos últimos 20 anos, ainda enfrenta desafios relacionados à sua ampliação e fortalecimento no âmbito institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de institucionalização da política pública de economia solidária no município de João Pessoa - PB, buscando compreender de que forma essa política vem sendo estruturada no âmbito da gestão municipal, bem como identificar seus avanços, limites e desafios. A partir da análise documental e da entrevista realizada com a gestora vinculada à Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional (DESSAN), foi possível compreender aspectos relevantes da trajetória dessa política no contexto local.

Os resultados evidenciam que a institucionalização da economia solidária em João Pessoa – PB apresenta avanços importantes, especialmente no que se refere à criação de estruturas institucionais e instrumentos normativos voltados à temática. A criação da DESSAN, em 2005, representa um marco significativo nesse processo, uma vez que estabelece uma instância administrativa responsável pela implementação de ações voltadas ao fortalecimento da economia solidária no município. Além disso, a existência de instrumentos como o Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal, bem como a presença da temática em legislações relacionadas à agricultura urbana e às feiras de produtos orgânicos, indicam o reconhecimento institucional da política no âmbito da gestão pública municipal.

No campo das ações governamentais, observou-se que a DESSAN desenvolve iniciativas voltadas à promoção da economia solidária, incluindo capacitações, apoio técnico, organização de feiras e funcionamento de equipamentos públicos destinados à formação e qualificação profissional, como marcenaria escola, polos de costura e lavanderias comunitárias. Essas iniciativas dialogam com alguns dos eixos prioritários estabelecidos no Plano Nacional de Economia Solidária, especialmente no que se refere à produção, comercialização e consumo solidários, bem como às ações de educação e fortalecimento da autogestão. Tais atividades demonstram o esforço da gestão municipal em promover alternativas de geração de trabalho e renda baseadas nos princípios da economia solidária.

Entretanto, os resultados também evidenciam que o processo de institucionalização da política pública de economia solidária no município ainda apresenta limitações e desafios. Entre os principais aspectos identificados destacam-se a descontinuidade de alguns instrumentos institucionais, como o funcionamento do Conselho Municipal ao longo dos anos e a ausência de implementação efetiva do Fundo Municipal de Economia Solidária. Além disso, verificou-se que as ações relacionadas à economia solidária ainda se encontram, em certa medida, dispersas entre diferentes secretarias e programas, o que dificulta a consolidação de uma política pública mais integrada e estruturada no município.

Esses elementos indicam que, embora existam avanços importantes no processo de institucionalização da política, ainda há desafios relacionados ao fortalecimento institucional, à continuidade das ações e à ampliação da articulação intersetorial entre as diferentes áreas da gestão pública. Conforme apontam os autores que discutem o processo de institucionalização de políticas públicas, a consolidação de uma política de Estado depende não apenas da

existência de estruturas formais, mas também da garantia de recursos, da estabilidade institucional e da participação social nos processos de formulação e implementação.

Durante a realização desta pesquisa, foram identificadas algumas limitações relacionadas principalmente ao acesso e à sistematização das informações sobre a política de economia solidária no município de João Pessoa– PB. A escassez de registros históricos consolidados e a dispersão de documentos institucionais sobre determinadas ações e períodos da política exigiram um esforço adicional na busca, seleção e análise das fontes disponíveis. Nesse sentido, a pesquisa demandou maior tempo de investigação e criatividade metodológica para localizar evidências em diferentes materiais, como relatórios de gestão, legislações, notícias institucionais e entrevistas, possibilitando reconstruir parcialmente a trajetória da política e seus processos de institucionalização no município.

Nesse sentido, observa-se que a trajetória da economia solidária em João Pessoa – PB foi fortemente impulsionada pela atuação de movimentos sociais, universidades e fóruns de economia solidária, evidenciando a importância da articulação entre sociedade civil e poder público para a construção e fortalecimento dessa política. Essa característica dialoga com as diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária, especialmente no que se refere à promoção da participação social, ao fortalecimento dos processos democráticos e ao reconhecimento das formas organizativas baseadas na autogestão e no trabalho associado.

Por fim, destaca-se que a economia solidária possui um papel relevante no campo da gestão pública, especialmente no que se refere à promoção da inclusão produtiva, à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento socioeconômico local. Dessa forma, o fortalecimento das políticas públicas voltadas à economia solidária pode contribuir significativamente para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos, sustentáveis e socialmente justos.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento de estudos que analisem a percepção dos próprios empreendimentos econômicos solidários acerca das políticas públicas implementadas no município, bem como investigações comparativas entre diferentes municípios que desenvolvem políticas de economia solidária. Tais estudos podem contribuir para ampliar a compreensão sobre os desafios e potencialidades do processo de institucionalização dessa política no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca. **Da economia social para a economia solidária**. Orientador: Ana Balcão Reis Peão da Costa, 2014. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) - Instituto Universitário de Lisboa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 22 dez. 2025.

APPIO, Eduardo Fernando. **O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**. Orientador: Sérgio Cademartori. 2004. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87373/208502.pdf>. Acesso: 22 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração social dos cidadãos. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19867.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-15068-23-dezembro-2024-796796-publicacaooriginal-173900-pl.html>. Acesso em: 18 mar. 2026.

DINIZ, Oscar. **Construção da Economia Solidária e sua Política Pública no município de João Pessoa**. Orientador: Vanderson Gonçalves Carneiro. 2014. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1795/1/OCD17082017.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2025.

FARIA, José Henrique. Autogestão, Economia Solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 629-650, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3232/323252763006.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2026

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 137–169, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/FWzKTpw4px5zHBD6GbCtkvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2026

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio David *et al.* (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p.162-168.

JOÃO PESSOA (PB). **Lei nº 12.515, de 04 de setembro de 2013**. Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana no município de João Pessoa. João Pessoa: Câmara Municipal de João Pessoa, 2013. Disponível em:
<https://bibliotecaagriculturaurbana.mds.gov.br/jspui/bitstream/123456789/383/1/Lei%20Ordin%C3%A1ria%2012515%202013%20de%20Jo%C3%A3o%20Pessoa%20PB.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

JOÃO PESSOA (PB). **Lei nº 14.384, de 20 de junho de 2022**. Institui a Política Municipal de Incentivo às Feiras de Produtos Orgânicos no município de João Pessoa. João Pessoa: Câmara Municipal de João Pessoa, 2022. Disponível em:
https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/18845/lei_no_14384-2022.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

JOÃO PESSOA (PB). Prefeitura Municipal. Cícero Lucena entrega lavanderia comunitária requalificada no bairro da Torre. João Pessoa, 2024. Disponível em:
<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/cicero-lucena-entrega-lavanderia-comunitaria-requalificada-no-bairro-da-torre/>. Acesso em: 05 fev. 2026.

PORTO, Pedro Augusto Cruz; OPUSZKA, Paulo Ricardo. Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015. Disponível em:
<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/viewFile/1429/970>. Acesso em: 02 fev. 2026

SARAVIA, Enrique. Política Pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientação para a leitura. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: Enap, 2006. v. 1. Disponível em:
https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3133/1/Coletanea_pp_v2.pdf. Acesso em: 08 jan. 2026.

SCHIOCHET, Walmor. Políticas públicas. In: Cattani, Antônio David *et al.* (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 268-272. Disponível em:
<https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, Daiane L.; FERREIRA, Vicente da R. S. Economia solidária e seu estágio de institucionalização: a contribuição das políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 22, n. 3, 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cebape/a/pw68tLS5kygkxNQcvDVM4sq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, Sandro Pereira; MORAIS, Leandro Pereira; SANTOS, Dayvid Souza. **Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil** :

síntese de experiências estaduais e municipais. Ipea, 2020. Disponível: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/75afd871-15ef-4317-9143-37d0231546fc/content>. Acesso em: 05 jan. 2026.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Nota Metodológica e Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos**. IPEA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em: 05 mar. 2026.

SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). *In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 56, p. 89-93, fev. 2014. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3773>. Acesso em: 1 fev. 2026.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. SENAES: uma experiência brasileira de política de economia solidária. *In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al. (org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 201-206.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da Associação de Recicladores Rei do Pet (ARREP) – Ponta Grossa/ PR. *In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais*, Florianópolis, 2017. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180045>. Acesso em: 01 fev. 2026

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Contextualização e histórico

- Como surgiu a Diretoria de Economia Solidária (DESSAN) em João Pessoa?
- Quais foram as principais motivações e atores envolvidos na sua criação?
- Como a DESSAN evoluiu desde 2005 até hoje (principais marcos, mudanças estruturais, desafios)?
- Há continuidade das ações entre gestões municipais? Quais políticas se mantiveram e quais foram descontinuadas?

2. Estrutura e funcionamento

- Como é composta a estrutura atual da DESSAN (equipe, cargos, parcerias)?
- Quais são as principais funções e responsabilidades da Diretoria?
- Existe um planejamento anual ou um plano setorial de Economia Solidária?
- As ações de Economia Solidária estão previstas no PPA ou em outros instrumentos de planejamento municipal?

3. Articulação e coordenação intersetorial

- Como ocorre a articulação da DESSAN com outras secretarias (Mulher, Trabalho, Cultura, Meio Ambiente etc.)?
- Há algum mecanismo formal de coordenação entre essas secretarias?
- Quais são os principais desafios e limites dessa articulação?
- Existe um conselho ou instância de governança que reúna diferentes atores da política de Economia Solidária (ex: Conselho Municipal, Fórum, Rede)?
- O Fundo Municipal de Economia Solidária está ativo? Como ele funciona atualmente?

4. Ações e programas de Economia Solidária

- Quais são as principais ações e programas desenvolvidos pela DESSAN nos últimos 5 anos?
- Essas ações são contínuas ou esporádicas?
- Há iniciativas que se repetem periodicamente ou se consolidaram como permanentes desde 2005?

- Quais projetos mais se destacam em termos de alcance e impacto?
- Existem registros ou relatórios sistematizando essas ações (relatórios anuais, publicações institucionais, etc.)?

5. Desafios e perspectivas para institucionalização

- Quais os principais desafios enfrentados pela gestão municipal para consolidar uma política pública de Economia Solidária?
- Que fatores dificultam a coordenação efetiva das ações entre as diferentes secretarias?
- Há apoio político e orçamentário suficiente para a manutenção das iniciativas?
- Na sua avaliação, quais seriam os caminhos para fortalecer e institucionalizar a política de Economia Solidária em João Pessoa?
- Como a senhora avalia o papel da DESSAN no futuro da Economia Solidária local?

Encerramento

Há algo que não perguntamos, mas que a senhora considera importante sobre a trajetória ou o funcionamento da DESSAN e da política de Economia Solidária em João Pessoa?

APÊNDICE B - TERMOS DE AUTORIZAÇÃO**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM**

Eu, Regina Marlene Bonfá dos Santos, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, portador da Cédula de identidade RG/CPF nº 013.215.768-38. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens, áudios, vídeos e fotos, para ser utilizada na entrevista de campo para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal da Paraíba, sob supervisão do professor orientador Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional. Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens no presente trabalho sem qualquer tipo de remuneração. Por estar a expressão de minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Regina Marlene Bonfá dos Santos
(Assinatura)

1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CCSA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA - DGP
INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - INCUBES**

**MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA,**

A pesquisadora Leticia Guedes de Melo Costa e Silva convida você a participar da pesquisa intitulada “Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: análise das ações governamentais no Município de João Pessoa - PB”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba da pesquisadora, Leticia Guedes.

2

Riscos ao(à) Participante da Pesquisa

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. De todo modo pode ser que o quantitativo de perguntas que deverá ser respondido na íntegra, possa gerar um cansaço ou provocar receios e dúvidas sobre como responder as perguntas. Nestes casos, informamos que a entrevista será gravada, permitindo a continuidade em outro momento. As dúvidas sobre como responder determinadas perguntas poderão ser consultadas à pesquisadora e ao seu orientador presencialmente ou por email para a Incubadora de Economia Solidária da UFPB (INCUBES/UFPB) no qual essa pesquisadora faz parte.

Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa

Os Benefícios diretos da Pesquisa estão no avanço do estudo da economia solidária no Estado da PB e a sistematização de informações da política municipal que podem contribuir no planejamento de ações de apoio e fomento a essas práticas socioeconômicas. Especificamente para os empreendimentos econômicos solidários pode representar a criação de canal direto com o poder público no atendimento a suas demandas, bem como obter declarações destes governos para participarem de editais públicos.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Nome completo: Letícia Guedes de Melo Costa e Silva (Responsável Principal pela Pesquisa)
Filiação institucional ou vínculo profissional: Universidade Federal da Paraíba - UFPB
E-mail: leticiagmcosta@gmail.com
telefones de contato: (83) 9 8615-1252

Endereço e Informações de Contato da(o) < nome da instituição >

Incubadora de Economia Solidária - INCUBES
Endereço: Prédio da Reitoria - Sala 04 - Térreo, Universidade Federal da Paraíba –
Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

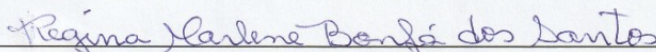
3

Telefone: 83 3216-7654

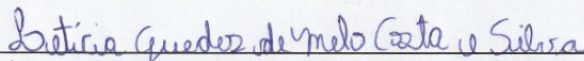
Horário de Funcionamento: de 08h às 12h e
de 13h às 16h. Homepage:<https://www.incubesusufpb.org/>**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinado pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa, PB, 09 de
Dezembro de 2026.



Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa



Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

Emitido em 17/06/2026

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 01/2026 - CCSA - CGP (11.00.52.01)
(Nº do Documento: 84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/06/2026 14:48)
YLUSKA MAGALHAES GUEDES BRITO ALMEIDA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1679264

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
84, ano: **2026**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:
17/06/2026 e o código de verificação: **51448b8b4b**